

Handwritten signature in blue ink.

Ata Número Vinte e Dois

Aos nove dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e um, pelas dezoito horas e quinze minutos, reuniu ordinariamente, no Salão Polivalente da Escola Secundária da Lousã, a Assembleia Municipal, com a seguinte **ORDEM DE TRABALHOS:**

- 1 - Apreciação de uma informação escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre a Atividade Municipal bem como da situação financeira;
- 2 - Apreciação e votação da errata referente ao Relatório de Gestão - Prestação de Contas do ano de 2020;
- 3 - Apreciação e votação da 2ª Revisão ao Orçamento e da 2ª Revisão às Grandes Opções do Plano - 2021;
- 4 - Informação do Revisor Oficial de Contas (ROC), sobre o Relatório referente ao primeiro semestre;
- 5 - Apreciação e votação das taxas de IMI - Imposto Municipal sobre Imóveis, a cobrar em 2022;
- 6 - Apreciação e votação da participação variável no IRS a aplicar aos rendimentos do ano de 2022;
- 7 - Apreciação e votação do lançamento de derrama, a cobrar em 2022;
- 8 - Apreciação e votação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem, a cobrar em 2022;
- 9 - Apreciação e votação do Regulamento de Saúde e Bem-Estar Animal do Município da Lousã;

O Senhor Presidente da Mesa começou por cumprimentar o Senhor Presidente da Câmara, Senhores e Senhoras Vereadores, Senhoras e Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia, Membros da Assembleia Municipal, colaboradores da Câmara Municipal, e do serviço multimédia que presta apoio para que a sessão seja transmitida em direto na página da autarquia, pela rede social Facebook, comunicação social e público presente. Saudou, também, todos



quantos acompanhavam os trabalhos, através da página da autarquia da rede social Facebook. Agradeceu ao Dr. Pedro Balhau, Diretor do Agrupamento de Escolas da Lousã, a cedência do Salão Polivalente da Escola Secundária da Lousã para a realização desta assembleia com as condições de segurança necessárias e de acordo com as regras da Direção Geral de Saúde. Desejou que os trabalhos decorressem com a normalidade possível e desejável, atendendo às excecionais medidas de distanciamento e restrições a que continuam a estar sujeitos pela pandemia da COVID-19 e apelou a todos os intervenientes que fossem concisos e concretos nas suas intervenções, respeitando e dignificando, como habitualmente, a Assembleia Municipal. ----

Feita a chamada, verificou-se a ausência de Isabel Neves que justificou a falta e foi legalmente substituída por Ana Filipa Marques, Raquel Simões que justificou a falta e foi legalmente substituída por Pedro Tiago Brás Dias, António José Rodrigues que justificou a falta e foi legalmente substituído por Marco Antunes, Pedro Santos que justificou a falta e foi legalmente substituído por Paulo Simões e Dilene Gonçalves que justificou a falta e foi legalmente substituída por Marco Aurélio Sequeira, do PS. Nuno Marques que justificou a falta e foi legalmente substituído por Sérgio Pedroso, do PSD e Carlos Honório que justificou a falta e foi legalmente substituído por Aires Ventura do BE. -----

PÚBLICO:-----

António Paulo Xavier Magro interveio começando por se dirigir ao **Senhor Presidente da Mesa** a fim de apresentar cumprimentos de despedida e felicitá-lo pela forma como conduziu os trabalhos durante este mandato. Por outro lado, disse lamentar o facto de não ter sido dado cumprimento a uma situação por si alertada, no ano 2020, e que decorre da alínea a) do nº 5 do artigo nº 25º da Lei nº 75/2013, relativamente à atividade da CIM-RC, à assembleia, quer no âmbito do funcionamento da APIN, quer no domínio da Educação. Em seguida, sem colocar em causa a legalidade dos atos, questionou o **Senhor Presidente da Câmara** relativamente aos documentos da

Handwritten signature and initials in blue ink.

constituição da APIN e do Contrato de Gestão Delegada, a falta de acesso à documentação, nomeadamente, ao visto do Tribunal de Contas e comunicações sobre a constituição da APIN e o Contrato de Gestão Delegada que tem vindo a solicitar, sucessivamente, nas sessões desta Assembleia Municipal e que não estão disponíveis para consulta no site. Referindo-se à marcação e corte de árvores extemporânea, na Serra da Lousã, perguntou se o Câmara Municipal já tem alguma resposta do ICNF relativamente ao resultado do inquérito levantado e, em caso afirmativo, quais as responsabilidades apuradas. -----

O Senhor Presidente da Câmara começou por apresentar cumprimentos a todos, quer aos presentes na sala, quer aos que estavam a seguir a sessão através das redes sociais, bem como à Comunicação Social e á empresa que está a prestar suporte técnico para a transmissão desta sessão. Deixou ainda uma palavra de apreço àqueles que vão deixar de exercer funções na vida autárquica. Uma vez que é a última sessão deste mandato, agradeceu a forma como decorreram os trabalhos durante estes quatro anos, com o respeito pelas diferentes opiniões, votações e posições. Agradeceu, ainda, à Comunicação Social, aos trabalhadores da Câmara Municipal que dão apoio a estas assembleias, à empresa que dá suporte técnico para a transmissão na rede social da autarquia e, ao Agrupamento de Escolas da Lousã, pela colaboração na cedência do espaço para a realização dos trabalhos. Dada a aproximação do novo ano letivo, aproveitou o momento para endereçar à Direção do Agrupamento e a toda a comunidade educativa votos de um bom ano letivo e que possa ser menos condicionado relativamente à pandemia que ainda se vive. Relativamente à CIM-RC, onde a assembleia se faz representar, deu nota de que a atividade não é intensa desde há dois anos a esta parte, mas que a Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial da Região de Coimbra tem um conjunto de projetos e ações que são elaborados depois de auscultados os responsáveis políticos e técnicos dos 19 municípios, servindo uma população de cerca de 460 mil habitantes, evidenciando a gestão autárquica no âmbito intermunicipal. Em resposta ao

cidadão disse que já tinha dado instruções para que a documentação solicitada fosse disponibilizada, uma vez que ainda não chegou iria reiterar essa instrução. Salientou que o Tribunal de Contas concedeu visto prévio ao contrato constitutivo da APIN. Sobre o Contrato de Gestão Delegada, o Tribunal de Contas pronunciou-se referindo que esse documento não estava sujeito a visto prévio. Quanto à marcação e corte de árvores na Serra da Lousã, disse que a Câmara Municipal não recebeu mais informação do ICNF sobre o assunto, mas que a prática foi alterada, ou seja, foi uma marcação extemporânea que não teve os efeitos perspetivados naquele momento.-----

APROVAÇÃO DE ATA:-----

Foi colocada à votação o projeto de ata número vinte e um, referente à sessão ordinária, realizada no dia vinte e nove de junho do ano de dois mil e vinte e um, tendo sido aprovada por maioria com 3 (três) abstenções do PSD e 15 (quinze) votos a favor do PS, CDU e BE, nos termos do nº 3 do artigo 34º do Código do Procedimento Administrativo, quando estavam presentes na sala 23 (vinte e três) elementos. -----

O Senhor Presidente da Mesa pediu para que neste período Antes da Ordem de Trabalhos, os intervenientes inscritos tivessem em atenção o tempo gasto nas suas intervenções, para que não fosse esgotado o tempo destinado a cada partido e, dessa forma, impedisse que todos os interessados pudessem usar da palavra. Apelou a todos para que fossem concisos e que evitassem fazer campanha, porque o que está em causa é o debate político.-----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

Inscrições: Aires Ventura, Maria da Conceição Loureiro, António José Gonçalves, Helena Correia, João Duarte, Joaquim Seco, Maria Carolina Henriques, Renato Ferreira, Margarida Correia, Ana Paula Sançana, Joel Fernandes e João Pedro Melo.-----



Aires Ventura apresentou cumprimentos a todos e usou da palavra questionando a forma como está a ser feito o arranjo da Estrada Municipal 551, entre a Ribeira e Póvoa, uma vez que não tem saneamento público e perguntou qual a utilização a dar ao imóvel da Estação Ferroviária do Ramal da Lousã.-----

Maria da Conceição Loureiro começou por cumprimentar a todos e, uma vez que seria a sua última intervenção enquanto eleita, formulou votos para que a Lousã continue com pessoas com apetência para resolver os problemas do concelho. Manifestou o seu agrado pela sua presença ativa como membro eleito da CDU em dois mandatos seguidos e congratulou-se por ter contribuído para o bem-estar de todos os munícipes. Em seguida, deixou uma recomendação ao **Senhor Presidente da Câmara** relativamente à necessidade do arranjo urgente e a curto prazo da Quelha da Papanata, uma vez que desconhece as pretensões e prioridades do próximo Executivo Municipal.-----

António José Gonçalves interveio começando por apresentar cumprimentos aos colaboradores da Câmara Municipal que estão a dar suporte aos trabalhos da Assembleia Municipal, bem como ao pessoal da empresa multimédia para assegurar a transmissão para a rede social Facebook, ao público presente, a todos quantos seguem a emissão através da internet, Comunicação Social, colegas membros da Assembleia Municipal, Executivo Municipal e Mesa da Assembleia Municipal. Seguidamente, disse que enquanto membro da Assembleia Municipal e assinante do jornal O Trevim, entende ser, citando: *"muito pouco bom gosto ter uma colaboradora que se declara apoiante do Partido Socialista na lista #todospelaLousã#. Acho que não é ético a bem da transparência, a bem da neutralidade, a bem da imparcialidade. Acho que isto não é muito comum."* Deixou um recado às Juntas de Freguesia e Câmara Municipal, a referir-se a sinalética à entrada de Fiscal e na extinta Freguesia de Vilarinho, dizendo que para além destes sinais há muitos outros pelo concelho que precisam urgentemente de serem substituídos. Questionou o **Senhor Presidente da Câmara Municipal** sobre o



destino das máquinas que estão dentro da Fábrica de Papel do Boque e chamou a atenção para o facto das três câmaras de vigilância que estão nos Paços do Concelho terem de ser objeto de sinalização. Disse que esperava que o município não fosse multado, porque a sê-lo, será com o dinheiro dos impostos. Seguidamente fez um reparo às obras com piso a desfazer-se, lombas e algum piso de má qualidade, nomeadamente junto às farmácias, ao antigo hospital e ao antigo Parque do Regueiro, pedindo que o **Senhor Presidente da Câmara** prestasse esclarecimentos sobre a necessidade destas intervenções. Disse que esta sessão da Assembleia Municipal é a última deste mandato e, por isso, endereçou cumprimentos de despedida a quem deixa de fazer parte, como o **Senhor Presidente da Mesa**, Prof. Carlos Seco, Sr. Mário Maduro, Sr. Vereador Rui Lopes, Comandante dos Bombeiros Municipais, João Pedro Melo, Raquel Simões, Maria da Conceição Loureiro, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Serpins, João Pereira e a Senhora Presidente da Junta de Freguesia das Gândaras, Sandra Fernandes, citando: “ não é candidata pelo escândalo que a envolveu e à sua empresa. Atitude muito nobre não se voltar a candidatar, o mesmo não posso dizer a si, Senhor Presidente que não tem pinga de vergonha voltar-se a candidatar.” Reiterou que em sua opinião e na do Grupo Municipal do PSD, o **Senhor Presidente da Câmara**, não tem vergonha voltar-se a candidatar “porque este escândalo foi o culminar do desastre do seu mandato.” Enunciou um conjunto de derrapagens financeiras deste executivo, nomeadamente as obras de requalificação dos Paços do Concelho, faltando ainda contabilizar as janelas que foi prometido nesta assembleia fazer a substituição e ainda não se conhece os custos, bem como a empreitada do cineteatro. Enunciou os problemas que a APIN tem dado aos Lousanenses com a agravante do negócio dos quinhentos e cinquenta mil euros, em que a Câmara Municipal deveria de os receber e é aquela empresa intermunicipal que vai investir esse montante em infraestruturas. Fez, ainda, uma referência aos Passadiços da Senhora da Piedade, dizendo que se trata de uma obra estruturalmente mal concebida. Disse que o caminho do Castelo para a Senhora da Piedade,



deveria ser um jardim e não uma selva de espécies invasoras. Disse que ficou por esclarecer o que se passou com as bombas de combustíveis, sitas na Av. Dr. José Maria Cardoso que culminaram em 2018 com uma escritura de usucapião e uma vez que foram prometidas empresas para o Concelho da Lousã, perguntou quais é que efetivamente se fixaram. Concluiu afirmando, ainda, que o **Senhor Presidente da Câmara** nunca explicou porque é que se pagaram mais mil euros pelos carros elétricos que a Câmara Municipal adquiriu. -----

Helena Correia apresentou cumprimentos a todos destacando o Senhor Diretor do Agrupamento de Escolas, bem como toda a comunidade escolar, fazendo votos de que este ano letivo devolva a normalidade e a rotina que todos desejam. Deixou duas questões ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal**: a razão pela qual os trabalhos de pavimentação no concelho, zona da Póvoa e Cova da Areia, na freguesia de Lousã e Vilarinho, pararam e para quando se prevê a sua retoma; disse que o deslizamento de terras na EM 555 – Estrada do Picoto, tem merecido a preocupação e acompanhamento da Câmara Municipal e da Junta da Freguesia, solicitando o ponto de situação para que todos percebam o que é que está em causa e qual a solução prevista.-----

João Duarte tomou a palavra começando por apresentar cumprimentos a todos. Agradeceu a possibilidade de ter estado ao longo destes últimos oito anos, nesta assembleia. Foi para si uma honra e para os seus colegas do PSD, poder defender os interesses dos Lousanenses sempre com base no diálogo democrático e verdadeiro. Disse ter orgulho em dizer que sempre defendeu causas justas, nomeadamente a baixa dos impostos IMI e IRS e, também, a luta por uma tarifa de consumo de água mais justa e digna de todos os Lousanenses. Disse que o PSD, sempre defendeu, também, uma maior captação de investidores para criar emprego na Lousã, algo que, na sua perspetiva, nunca preocupou o **Senhor Presidente da Câmara**, pois contam-se pelos dedos e ainda sobra espaço as empresas que se fixaram. Dirigiu-se, por isso, ao **Senhor Presidente da Câmara** para dizer que não se referia a fixação



de empresas que não empregam mais de dez trabalhadores, antes porém, referia-se a empresas de maior dimensão onde se criem oportunidades para abranger a maior parte dos Lousanenses, quer quadros técnicos, quer outros, que venham a aumentar o emprego na Lousã e a fixar população. Disse que esperava que fosse outro Presidente de Câmara eleito, mas, na eventualidade de ser reeleito, deixava o desafio relativamente a este assunto. Afirmou que o PSD esteve sempre com espírito de missão, e nunca usou a política para favorecer militantes do partido. A concluir, desejou um bom mandato a todos e formulou votos para que façam política com ética, porque os Lousanenses assim o merecem.-----

Joaquim Seco depois de cumprimentar a todos disse que seria a sua última intervenção, enquanto membro da Assembleia Municipal e que esta como não podia deixar de ser, tinha a ver com o reaver do Estatuto de Freguesia de Vilarinho. Afirmou que tentou ser uma voz ativa e viva da generalidade dos Vilarinhenses, representante de uma causa que envolve esta comunidade, pedindo apenas que se faça justiça uma vez que até agora não foi concretizada. Afirmou que existe evolução positiva no processo, por isso, continua a acreditar na restituição da Freguesia de Vilarinho. Realçou o empenho do Poder Local, pela disponibilização de transporte à Assembleia da República, por parte da Câmara Municipal, os Presidentes da Junta de Freguesia António Marçal e Helena Correia que sempre acompanharam o Movimento Cívico pela restituição da Freguesia de Vilarinho e que recebeu desta assembleia todo o apoio para que este processo seja favorável a Vilarinho para reaver o seu estatuto. “A Junta de Freguesia faz o que pode e a mais não é obrigada.” Acredita que, brevemente, o processo volta á avaliação e á aprovação dos órgãos locais. Sublinhou que nos próximos quatros anos não fará parte de qualquer órgão autárquico, por opção própria, daí relançar este apelo, neste dia. Desejou que os órgãos do Poder Local, no próximo mandato não esqueçam este drama Vilarinhense porque Vilarinho tem pessoas com capacidade para engrandecer a sua terra, saberá agradecer e a Lousã, só terá a ganhar com isso. -----

Handwritten signature in blue ink, possibly reading 'Mário'.

Maria Carolina Henriques endereçou cumprimentos a todos e dirigiu-se ao **Senhor Presidente da Câmara** para deixar um conjunto de considerações e reflexões, em tom de avaliação e balanço ao mandato. Desafiou-o a refletir sobre as propostas feitas pela bancada do PSD que tenham sido reconhecidas e colocadas em prática. Confrontou-o politicamente pela forma como responde a esta assembleia recebendo um "chorrilho de agradecimentos" e de elogios por parte de alguns membros do Partido Socialista, contrariados nas ruas da Lousã, onde essas ações que aqui são aplaudidas demonstram reprovação. Enunciou as janelas dos Paços do Concelho, a alteração do pavimento em zona nobre e histórica, a demora das obras de regeneração urbana, e a requalificação do cineteatro. Acusou o **Senhor Presidente da Câmara** de um "*discurso redondo*". Destacou como consequências políticas neste seu mandato, a manutenção da taxa de IML; a manutenção das janelas dos Paços do Concelho sobre as quais decorre um processo; a descaracterização da zona histórica com alterações de calçada portuguesa no Centro Urbano; o esquecimento completo da Serra da Lousã, andando a reboque da iniciativa privada, da criação dos Alojamentos Locais que aí são criados pelos Lousanenses; o esquecimento das vias alternativas à Estrada da Beira; das melhorias ao acesso à Vila da Lousã – O Metro. Questionou o que é que foi adquirido para novos espaços públicos, acusou-o de incapacidade de fixar população, criar condições de qualidade de vida para os jovens que têm que abandonar o concelho em busca de melhores condições, conforme os últimos Censos indicam. Disse que se esqueceu do Museu Carlos Reis, que tem um processo-crime do qual ainda ninguém sabe se foi constituído arguido. Afirmou que ao longo de quatro anos a bancada do PSD poucas vezes obteve resposta á ação fiscalizadora que sempre procurou praticar, remetendo as suas responsabilidades para os serviços técnicos. A concluir, deixou uma palavra a todos os Lousanenses incentivando-os ao dever e direito de voto, impedindo dessa forma a abstenção. Deixou uma palavra de apreço à **Senhora Eng.ª Ana Paula Sançana**, líder de bancada do PSD que nestes longos anos desempenhou sempre com seriedade e compromisso o cargo



para que foi eleita. Isenta, justa e intelectualmente esclarecida, características que a acompanharam durante estes anos, por isso, em nome pessoal, de todos os colegas de bancada e dos munícipes que tiveram a possibilidade de ter uma ação fiscalizadora séria, registou reconhecimento. -----

Renato Ferreira cumprimentou a todos e disse que, porque não estava em campanha eleitoral, não iria apelar ao voto ou á abstenção, ia-se referir a um assunto que tem interesse que é a ocupação de tempos livres dos mais jovens em época de férias escolares que são sempre uma preocupação em planear a ocupação dos seus tempos livres. Realçou alguns programas, estágios e ações de voluntariado que a autarquia dinamizou, durante o verão, em conjunto com outras entidades e organismos. Destacou o Programa de Férias Ativas, que é um projeto destinado ás crianças do concelho da Lousã que além de ocupar os seus tempos livres, através da prática de atividades físicas, desportivas, artísticas, ambientais e recreativas que se desenrolam durante o dia nos mais diversos espaços do concelho, disponibiliza uma solução para quem não tem onde deixar as crianças. Os Estágios Experimenta +, destinados aos jovens dos catorze aos dezoito anos, possibilitando a oportunidade dos jovens ocuparem o seu tempo livre em ambiente de trabalho real onde são valorizados aspetos como: assiduidade, empenho, dedicação e responsabilidade permitindo que possam adquirir competências na sua vida adulta e em futuras experiências profissionais. Referiu ainda ações de voluntariado como o projeto "A tua Montanha o teu lugar" para jovens com idades compreendidas entre os 18 e os 30 anos e que consiste em fazer vigilância de bicicleta na Serra e sensibilização à comunidade. -----

Margarida Correia apresentou cumprimentos a todos e deixou uma nota de saudação ao Executivo pelo trabalho que tem desenvolvido na área da programação cultural que através do financiamento para a Rede dos Municípios associados ao projeto tem conseguido apresentar uma solução diferenciada e que se vai estender até ao final do ano de 2022 assumindo particular relevância no atual contexto de ressocialização. Destacou no plano dos apoios sociais, o apoio à família, no atual contexto de pandemia, a



assinatura de protocolos com várias entidades, para além do investimento financeiro, que se traduz ainda na cedência de vários espaços. Deixou uma palavra de grande reconhecimento pelo trabalho desenvolvido no processo de vacinação, no Concelho da Lousã, que é destacado na região e isso deve-se ao empenho das várias entidades e de todos os profissionais envolvidos. -----

Ana Paula Sançana interveio começando por cumprimentar a todos os presentes e a todos quantos estavam a seguir os trabalhos através da rede social Facebook. Seguidamente, e demonstrando a sua indignação, fez um enquadramento dos custos de algumas vias, comparativamente à A13. Referiu-se aos custos das taxas de portagens na A13 que promove uma diferenciação negativa em relação a outras vias e da necessidade que a coesão territorial seja uma realidade. Questionou como é que é possível num país tão pequeno, onde todos pagam os seus impostos, haver uma tão grande disparidade de tratamento. Disse que o concelho está estrangulado em termos de acessibilidades, sem alternativa à Estrada da Beira, sem comboio há quase doze anos e, ao pensar na A13 como uma eventual alternativa, esta não está ao acesso de todos, porque os custos desta infraestrutura tornam mais difícil aos empresários da região colocando-os em situações de desigualdade e desvantagem competitiva relativamente a outras regiões do país e isto não pode acontecer. Disse ter conhecimento de que já foram desenvolvidas diligências por várias entidades e associações empresariais pelo que perguntou ao **Senhor Presidente da Câmara** se já existe resposta relativamente a esta situação. Reiterou a questão levantada anteriormente relativa ao acesso ao médico de família dizendo que se dirigiu ao Centro de Saúde da Lousã, a fim de tomar conhecimento da realidade. Na Unidade de Saúde Familiar Serra da Lousã, foi informada que não havia disponibilidade para receber mais utentes e que todos os médicos tinham os seus ficheiros preenchidos. Na Unidade Trevim Sol foi informada que estão à espera de uma médica para breve mas que ainda não era possível conhecer o cenário futuro uma vez que ia haver redistribuição dos ficheiros. Tendo em conta o Sistema



de Saúde Pública em Portugal perguntou ao **Senhor Presidente da Câmara** até quando é que vão continuar a lidar com estas situações e o que é que tem sido feito para debelar o problema. Concluiu dizendo que conforme já foi referido por várias pessoas há perda de população e desta forma, com estes constrangimentos, não vão conseguir atrair população quando se tem os serviços básicos desta forma. A terminar, interrogou sobre os relatórios de observância do estatuto do direito de oposição que já tinha perguntado na última assembleia a que se refere a alínea h) do nº 2 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

Joel Fernandes cumprimentou a todos de igual forma e manifestou orgulho por ter tido a possibilidade de representar a Lousã nesta Assembleia e, também, na Assembleia Intermunicipal da Região de Coimbra, onde são tratados assuntos de grande relevância para a região. Este é um órgão difícil com assuntos complexos e temáticas muito interessantes que afetam a vida de todos e merecem também atenção. Realçou a necessidade de terem a humildade para reconhecer as críticas construtivas que já foram feitas e saudou as diferenças ideológicas em que acredita e onde todos tentam contribuir para o bom desenvolvimento da Lousã, com temas muito importantes e estruturantes apresentados durante este mandato, e onde foram desafiados individual e coletivamente como nunca ninguém tinha sido antes, em defesa da democracia. Disse que há que realçar o esforço de todos os eleitos que acreditam na democracia e que a procuram defender. Saudou, particularmente, o **Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, Prof. Carlos Seco** que teve uma destacada e serena atuação, nem sempre fácil, na condução dos trabalhos. Apresentou, ainda, desculpas em nome pessoal por eventuais erros involuntários que tenha cometido. Deu nota que estava de acordo com **Ana Paula Sançana** em relação às portagens na A13. Recordou que tanto a Associação Empresarial Serra da Lousã – AESL, como a Câmara Municipal já tomaram posição sobre este assunto. Realçou alguns assuntos que foram tratados durante este mandato, destacando o Metro Bus que apesar de não estar concluído, tem obra no terreno; o processo de gestão de



água e recolha de resíduos – APIN e o debate que o mesmo suscitou; as medidas que foram aprovadas de combate à pandemia; as obras de intervenção do Castelo da Lousã, tornando-o visitável; a remusealização do Museu Louzan Henriques; as obras estruturantes no concelho que permitem, finalmente, ter mais e melhores condições pedonais, para além do conforto e segurança. Concluiu dizendo que reside numa Lousã com notoriedade e vitalidade.-----

João Pedro Melo tomou a palavra começando por cumprimentar a Mesa, Executivo, colegas da assembleia e público. Agradeceu a Fátima Martins estes anos de excelente trabalho com que apoiou o Órgão Deliberativo e ao João Silva, igualmente. Disse, citando: “... é a última vez que aqui estou enquanto membro da assembleia, pelo menos nos próximos quatro anos, queria antes de mais agradecer a referência particular á minha pessoa feita pelo membro **António José Gonçalves**. Foi um gosto estes últimos 16 anos fazer parte da política autárquica do nosso concelho, quatro anos como Vereador, doze anos como membro da Assembleia Municipal, dos quais oito, líder da bancada do PS. Foi um gosto, defendi aquilo que eu considero e que o nosso grupo considerou ser o melhor para o nosso concelho sempre de uma dialética e numa dinâmica de discussão que, na minha opinião, apenas elevou a democracia no nosso concelho. Nem sempre estivemos de acordo, nem sempre teremos sido corretos, desde já, também, peço desculpa por alguma incorreção que tenha tido. Sempre tive o cuidado e julgo que o consegui, vir aqui discutir políticas, ideias, projetos e não pessoas. Pela minha consciência, julgo que nunca discuti pessoas. Políticas discuti, várias vezes, ideias muitas vezes. Hoje, inevitavelmente, o PSD veio para aqui fazer política, campanha eleitoral. É normal, não tem nada de mais, mas, também, temos que responder que consideramos que são algumas incorreções. Começava pelo edifício dos Paços do Concelho que continua aqui a ser recorrente e eu já o disse uma vez, o Senhor Vereador do PSD, não gostou, mas a verdade é que o PSD, na altura, teve possibilidade de contrapor, de se opor à obra tal como está, e não o fez. Portanto, digamos que é o que nós temos visto aqui,



hoje, que aliás tem sido recorrente nos últimos quatro anos, oito anos, é uma política muito superficial, baseada muito no populismo, ideias aqui pelo menos, hoje, não vimos nenhuma. E, não se falou nas coisas importantes. Eu gostava que tivessem falado nas coisas importantes... Temos que reconhecer e agradecer o excelente trabalho realizado pelas IPSS's, pelas Autoridades de Saúde, pelos Bombeiros, pela Câmara Municipal e GNR, todos estão de parabéns pela entrega, dedicação e trabalho realizado no âmbito da resposta à Covid-19. " Referiu-se ainda à APIN, recordou que hoje se critica esta empresa intermunicipal e as inexatidões que têm sido detetadas, todavia, frisou que houve uma reunião, em Vila Nova de Poiares, para debater esta matéria à qual não compareceu nenhum membro da Assembleia Municipal do Grupo Municipal do PSD. Citando:"...agora é fácil falar. Nós tomamos a nossa decisão em consciência e continuamos a tentar levar para a frente esta APIN, com todas as vicissitudes." Referiu-se à intervenção de "escárnio" de **Carolina Henriques** relativamente aos elogios do PS e dos seus simpatizantes endereçados ao **Senhor Presidente de Câmara**, realçou que estes são normais, frisando que não apenas o PS os faz, mas que também tem recebido elogios do PSD e da CDU. Citando: "...o elogio com que nós contamos é no voto do dia 26, é aí que nós contamos com o elogio." Acusou o PSD de ser superficial e não se decidir nas suas convicções, porque umas vezes culpa a Câmara Municipal de ir a reboque da iniciativa privada e outras vezes que não existe iniciativa da Câmara Municipal para haver empresas e empresários empreendedores no concelho. Recordou que foi dito que a Câmara Municipal não aceitou outras ideias durante quatro anos, questionando o PSD a que ideias se referiam. Concluiu dizendo concordar com a intervenção de **Ana Paula Sançana** relativamente á A13 onde todos os governos têm falhado, no entanto, espera que no próximo mandato o **Senhor Presidente** consiga alguma evolução nesta situação. Quanto ao médico de família, disse concordar, igualmente, porque a saúde no Concelho da Lousã tem dois critérios, citando: "o critério do andar de cima e o critério do andar de baixo e isso não é aceitável." É uma das razões porque defende e tem a expectativa



que o próximo mandato autárquico tenha algo a dizer sobre isso, com a descentralização e entrega de competências para os municípios que, no seu entendimento, vai trazer maior apoio às pessoas na área da saúde, maior conhecimento dos problemas locais e que será uma grande vantagem.-----

O Senhor Presidente da Mesa antes de passar a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** disse que é inevitável as despedidas, o balanço e alegadas intromissões, sobretudo, na informação escrita da atividade municipal, todo o modo, reiterou o pedido para que as intervenções fossem o mais concisas possível. Seguidamente, convidou o **Senhor Presidente da Câmara** a usar da palavra, a fim de prestar as informações e esclarecimentos que entendesse por convenientes e oportunas, neste período antes da Ordem do Dia. -----

O Senhor Presidente da Câmara respondendo às questões concretas que lhe foram colocadas começou por informar que a empreitada que deu início ao arranjo da estrada Ribeira – Póvoa, foi consignada pela Câmara Municipal, no dia 19 de março mas, por vicissitudes diversas, só agora foi possível proceder à execução dos trabalhos; Foi iniciada entre as Fontainhas e a Póvoa uma vez que estava necessitada desta intervenção da requalificação da plataforma rodoviária, neste troço, de acordo com o que estava previsto e nunca houve a justificação da instalação de saneamento, adiantou que partes significativas deste troço Fontainhas – Póvoa já dispõe de ligação ao saneamento. Relativamente aos edifícios da Estação da Lousã e da Estação de Serpins, informou que, oportunamente, serão devidamente aproveitados e será conferida uma função relevante a estes imóveis. A Quelha da Papanata tem sido uma questão recorrentemente colocada, nesta assembleia, disse que esta via, na zona da Freguesia das Gândaras para além da beneficiação, há trabalhos de melhoramentos das infraestruturas que têm que ser desenvolvidos e a situação está devidamente referenciada já há algum tempo. Sublinhou, no entanto, que não está previsto incluir na empreitada que está em execução no momento. Sobre as máquinas que estão na Fábrica de Papel do Boque informou que a Câmara Municipal não tem ainda definição, para a sua deslocação e deposição dadas as dimensões que as mesmas têm.



Relativamente às câmaras de vigilância informou que a situação está devidamente acautelada. Sobre a necessidade de correção nas diversas intervenções de Regeneração Urbana, deu nota de que já foram registadas e reportadas à empresa, a fim das debilidades detetadas serem devidamente corrigidas. Referiu-se às obras do cineteatro uma vez que as outras observações já foram todas respondidas atendendo ao momento e à proximidade das eleições. Confirmou que, efetivamente, as obras não estão a ter o desenvolvimento desejado porque tem características específicas de reabilitação e complexidade de execução. Deu ainda nota de que a obra não tem sido beneficiada dado o aumento de preços dos materiais que está a ser transversal a todo o país, mas espera que dentro em breve possa haver maior desenvolvimento. Adiantou que este investimento de grande dimensão financeira é muito importante em termos de dinâmica e oferta cultural no concelho, criando uma sala de espetáculos com as devidas condições. Fez uma observância a algumas afirmações que foram proferidas dizendo que não estão em linha com o funcionamento dos Órgãos e a valorização da democracia e afirmou estar de consciência tranquila, como sempre esteve e, por isso, apresenta-se com as condições políticas, pessoais e legais inerentes a essa candidatura. Adiantou ainda que as palavras proferidas pelo membro **António José Gonçalves** são de mero aproveitamento político, não dignificam o Órgão, nem o PSD, enquanto partido fundador da democracia em Portugal. Adiantou ainda que não acredita que a maioria dos sociais-democratas se revejam neste tipo de atitudes. Respondendo ainda a outras questões informou que a empreitada de alcatroamentos tem um atraso mas que os trabalhos irão ser retomados para concretização das restantes obras que estão previstas e anunciadas; sobre o deslizamento de terras na Estrada Municipal 555, à entrada de Vale Maceira, informou que a situação está sinalizada pela Câmara Municipal desde o momento da sua ocorrência e foi alvo de estudo geotécnico por uma entidade externa, para além do estudo da Câmara Municipal e, neste momento, e de acordo com o que foi preconizado pela análise técnica está em consulta prévia ao mercado a



intervenção que ali terá que ser feita para regularizar aquela situação de suporte à estrada referida. Relativamente aos investimentos deu nota que algumas situações não foram concretizadas e outras foram adiadas, fruto das circunstâncias que ainda se estão a viver, quer os investimentos de entidades externas ao concelho ou empresas do concelho onde estava previsto a ampliação de negócios e outros lotes para criação de novas unidades industriais. Sobre a intervenção de **Joaquim Seco** e o Movimento REFUTAR, disse que a Câmara Municipal já deu conta da sua posição, publicamente. Relativamente à intervenção de **Carolina Henriques** disse que deve "*andar distraída*", porque a EN 17 e o Metro Bus, estão em desenvolvimento. Está em execução o projeto da EN 17 por iniciativa da Câmara Municipal da Lousã e da Câmara Municipal de Vila Nova de Poiares e, posteriormente, assumida pela Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra. Sublinhou que para além da EN 17, não se pode descurar a ligação ao IP3 e quando se fala das empresas, esta nova ligação que evite o percurso Vila Nova de Poiares e Penacova, é muito importante para as empresas e para o desenvolvimento futuro, garantindo que está em desenvolvimento e resulta de muito trabalho e luta. Sobre o Metro Bus, disse que ainda lhe pareceu mais estranho o comentário, porque esse projeto tem obras visíveis em todo o concelho, para além de outras decisões como o concurso de autocarros em desenvolvimento. Sobre o Museu Carlos Reis informou que foi aprovada uma candidatura com financiamento para concluir esta intervenção e colocar em funcionamento aquele espaço muito relevante em complemento do investimento na cultura que tem vindo a ser feita a vários níveis. Afirmou que não foi constituído arguido em nenhum processo e, por esse motivo, reforçou o que havia dito, anteriormente, sobre a sua conduta, condições e consciência relativamente à sua atuação e do restante Executivo Municipal. A programação cultural que está agora a ter maior expressão é fruto de um trabalho que tem vindo a ser desenvolvido há mais de dois anos e, para além do financiamento que obteve em muitos casos a 100% e do mérito reconhecido pelas entidades que aprovaram as candidaturas, estas



atividades em cada um dos concelhos, são organizadas com a colaboração das Juntas de Freguesias, tendo em conta a prática da descentralização. Aproveitou o momento para informar a todos que os procedimentos são distribuídos segundo as responsabilidades de cada município que faz parte da Rede. Sobre a A13, disse que estão todos de acordo com o que foi dito, recordando que a Câmara Municipal já há muito tempo tomou Posição sobre esta situação e continua a considerar que é um tratamento de discriminação negativa relativamente a outras vias. Disse que a Câmara Municipal vai continuar a lutar para que esta situação seja corrigida. Acrescentou que este contrato de concessão tem uma dificuldade de base que resulta de uma decisão de um governo anterior a estes, que retirou receitas ao concessionário. Informou que, hoje mesmo, foi aprovado em Conselho de Ministros um instrumento que já era há muito ambicionado e que tem vindo a ser trabalhado pelos municípios e outras entidades, que é o Plano de Revitalização do Pinhal Interior, para os territórios de baixa densidade, permitindo nos próximos ciclos comunitários uma discriminação positiva para que territórios diferentes possam ser tratados de forma diferente. Relativamente ao acesso ao médico de família disse que a situação é conhecida. Tem tido uma incidência e uma expressão particular na Unidade Trevim Sol e a Câmara Municipal tem vindo a acompanhar esta situação. Muito embora não seja para diminuir a pertinência da questão, disse que se tem que ter em atenção que desde março, ou seja, desde o início da pandemia, houve condicionamentos a toda a atividade. Nomeadamente a atividade da área da saúde e dos cuidados saúde primários. Recordou que desde março deste ano até agora foram criados os centros de vacinação intensiva onde os profissionais que prestam serviço são os mesmos que prestam serviço nas Unidades de Saúde Familiar - USF e, portanto, especialmente, desde março até agora, é possível e de alguma forma entendido, que exista alguma perturbação no normal funcionamento e nas respostas relativamente ao funcionamento das USF's. Reiterou que a Câmara Municipal tem vindo a acompanhar esta situação, e estão a ser feitas várias diligências em instâncias

locais e regionais a fim de se tomar decisões. Afirmou que espera que algumas questões organizacionais dentro das próprias unidades possam ser ultrapassadas em benefício dos cidadãos, dentro em breve, uma vez que já foram colocadas duas médicas na Unidade Trevim Sol e o processo de vacinação vai passar para o Centro de Saúde. Sobre o relatório do direito de oposição informou que foi devidamente encaminhado aos serviços, declarando como boa a chamada de atenção. Clarificou relativamente à descentralização de competências na saúde que a intervenção das autarquias será de suporte logístico, infraestrutural e ao nível dos assistentes operacionais, as restantes áreas de atuação, nomeadamente colocação de médicos, coordenadores das unidades e outras, são da competência do Ministério da Saúde. Deixou um reconhecimento à ação das Juntas de Freguesia pelo papel ativo no combate à pandemia para além das outras entidades enunciadas pelo membro **João Pedro Melo**. -----

PONTO UM DA ORDEM DE TRABALHOS:-----

1 – Apreciação de uma informação escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre a Atividade Municipal bem como da situação financeira – (doc. nº 1 (um)); -----

Inscrições: Aires Ventura, Maria da Conceição Loureiro, João Duarte, Marco Sequeira, Sérgio Pedroso, Margarida Correia, António José Gonçalves, Renato Ferreira, Luís Martins, Ana Paula Sançana, Joel Fernandes e João Pedro Melo.--

Aires Ventura interveio para questionar quais são os imóveis municipais que vão ser colocados em hasta pública; qual o papel do **Senhor Presidente** nas reuniões da APIN porque continuam a existir muitas reclamações de consumidores sobre os serviços prestados por esta empresa intermunicipal. As reclamações incidem sobre os valores faturados que fogem às médias gastas e, não são dadas justificações para os erros apresentados, outras denunciam roturas na rede pública de abastecimento e os serviços da APIN demoram muitos dias a proceder às reparações. Disse que as populações exigem que a APIN tenha instalações próprias e independentes, na Lousã, para um melhor

*Ally
Loureiro
gr*

atendimento público. Dada a falta de saneamento público em algumas zonas da Lousã, disse ser necessário que a APIN informe as populações sobre o seu comprometimento para a realização de obras, nesta área, e se responsabilize com prazos para a sua concretização. Deixou ainda a nota da falta de ecopontos suficientes face ao índice de população. Deixou uma crítica à informação da atividade municipal, no capítulo informação e transparência. -

Maria da Conceição Loureiro em nota prévia disse que, citando: *"a APIN que tem dado tanto problema foi constituída e viabilizada pelos partidos que agora dizem mal dela, portanto alguma coisa não está bem. Acho é que se devem unir e resolver essas questões sem estarem uns contra os outros e minimizarem as consequências para os munícipes. A CDU não fez parte dessa proposta, nem dessa viabilização."* Relativamente a este ponto, começou por afirmar que a transferência de competências na área da saúde e educação são áreas muito sensíveis e necessitam de pesados encargos financeiros que se tem que respeitar. Sublinhou que a CDU é contra a municipalização, fundamentalmente, nestas duas áreas. É necessário conduzi-las de uma forma capaz e coerente, por forma a viabilizar todas as necessidades dos munícipes, em tempo útil, ou então, citando: *"isto acaba por ser uma estratégia praticamente posta ao abandono e depois tem que ser pegada por privados porque se calhar é de facto onde vai desaguar."* Questionou o **Senhor Presidente da Câmara** se os recursos financeiros previstos serão suficientes e os ideais e sobretudo, se estão assegurados. Afirmou que ainda estão em tempo, citando: *"dessas coisas não irem para a frente. Acho que se deve refletir muito bem, nestas áreas, para a competência dos municípios que já têm tantos problemas, ainda mais estes."* Disse que o mesmo se passa com a Educação, onde a CDU exige uma educação pública de qualidade. Acrescentou que a Educação e Saúde devem estar no âmbito da competência do Poder Central. A propósito do Metro Bus e porque teve conhecimento de uma notícia que abordava a questão, perguntou qual a velocidade máxima que este transporte vai ter nas várias pontes, manifestando surpresa pelo facto de

Handwritten signature and initials in blue ink.

se apresentar primeiro o transporte e depois ser testado e afinado as suas capacidades -----

João Duarte relativamente a este ponto questionou as intervenções na Rua 1º de Dezembro, nomeadamente, desde o antigo Centro de Saúde até à zona de Cacilhas que disse necessitar de intervenção desde há muito tempo, porque não tem zona pedonal, o piso encontra-se em mau estado, trata-se de uma via com bastante circulação rodoviária e pedonal pelos residentes que ali vivem, e sem iluminação, pelo que é perigosa em várias vertentes. Relativamente à Avenida S. Silvestre, a requalificação teve betuminoso novo mas tem algumas depressões na via, algumas lacunas e por isso perguntou se vão ser corrigidas a breve prazo. Sobre os bancos da Praça Cândido dos Reis, foi-lhe dito que iria ser encontrada uma solução alternativa e enquadrada no espaço mas continua na mesma. Sobre as intervenções anteriores afirmou que, citando: *“só faltou dizer que a culpa, nestes últimos anos é do PSD! Parece-me um pouco desajustado algumas reações até porque nós quando defendemos ideias, não são para o PSD mas para os Lousanenses e para a Lousã.”* Afirmou que mencionou algumas ideias. A concluir disse que as obras que vão sendo feitas *“vão a reboque da campanha eleitoral”* e salientou que como é conhecido, desde 2011 a 2019 os números de residentes têm vindo a diminuir. Disse que gostaria de ver captação de investimento que fixasse as pessoas para o território da Lousã e que criasse condições para os que cá vivem. -----

Marco Sequeira usou da palavra cumprimentando a todos e especialmente o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, Presidente da Câmara, Vereadores, membros da Assembleia Municipal, colaboradores da autarquia, Comunicação Social, público presencial e em casa, através das redes sociais. Uma vez que os trabalhos estavam a decorrer na Escola Secundária da Lousã, não quis deixar de enfatizar a transformação a que a mesma estará sujeita brevemente. Realçou o empenho e determinação do Executivo Municipal que durante vários anos reivindicou junto do governo a viabilidade desta requalificação. Realçou uma tomada de Posição apresentada pela JS Lousã e



que, também foi aprovada no Conselho Municipal da Juventude da Lousã, por aqueles que participam ativamente, onde era revelada a preocupação relativamente a esta situação e as diligências da autarquia. É uma evidência do investimento que tem vindo a existir na educação e na juventude ao longo dos últimos anos.-----

Sérgio Pedroso tomou a palavra e dirigiu-se ao **Senhor Presidente da Câmara** dizendo, citando: *"antes de mais vou ter de dar os parabéns à equipa que executa as candidaturas aos Concursos, aos Projetos, aos Programas bem como aos Fundos Comunitários, pois temos que ser justos e afirmar que a Lousã tem conseguido e bem captar muitos destes apoios que fazem com que se invista e se concretize obra na nossa terra. Infelizmente o que me preocupa é que a maior parte dessas obras se localizam no núcleo central da Lousã e não se conseguem portanto fundos para chegar obra aos lugares mais distantes do concelho, ou seja às suas freguesias. Como já tive oportunidade de afirmar noutras Assembleias Municipais preocupa-me que o Município da Lousã esteja tão dependente destes fundos externos para conseguir fazer obra, pois se acabarem como será? Sei que se reuniu com a Senhora Dr.ª Isabel Damasceno, Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, bem como com a Dueceira, da qual é Presidente da Direção, portanto e porque acho que é uma questão pertinente, pergunto como está a situação da não dotação de verba para as candidaturas ao + Coeso, candidaturas estas que na altura foram aprovadas que fizeram com que os seus promotores criassem expectativas e como tal criassem investimento nas suas infraestruturas mas, mais importante, no seu capital humano e que agora se veem com um grave problema de tesouraria e na iminência de terem que despedir os postos que na altura criaram. Preocupa-me bastante esta situação pois sei que nem todas as regiões do país foram prejudicadas desta forma, sei que o **Senhor Presidente** já tentou, mas tentar só não resolve o problema. À que ir à luta para obter resultados, pois estamos a falar de alguns milhões de euros que, a não chegarem às empresas, as vai prejudicar imenso e vai fazer com que aumente o desemprego na Lousã, pois não nos iludamos*

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

que serão os empregados contratados ao abrigo deste programa os primeiros a serem sacrificados. Estando aqui a falar de apoios, vinha perguntar se está já em curso algum plano para garantir fundos através dos próximos programas, recuperação e resiliência revitalizar etc... Penso que será importante prever um plano a longo prazo para a captação como para a realização do máximo de projetos possíveis através desta bazuca que está para chegar e como disse o nosso preocupado primeiro-ministro com o interior é a altura para o interior se inovar, modernizar, criar oportunidades e emprego, etc... Outro ponto que trago e porque se reuniu com a empresa Socertima é saber a situação em que se encontra a obra do Cineteatro. Gostaria de saber se já existe uma data provável para a sua conclusão, qual é a derrapagem que já se verifica neste projeto e se os fundos que se garantiram para a sua concretização estarão em risco? Novamente dou os meus parabéns ao Município da Lousã pelo esforço que tem evidenciado no que às obras que têm vindo a ser concretizadas nos últimos tempos diz respeito. Claro que todos sabemos o porquê de tal esforço pois se compararmos o que fizeram no mesmo período do ano passado com este, a diferença está à vista! Até no próprio documento que nos fizeram chegar com a informação sobre atividade municipal isso é bem evidente se o compararmos com o de igual período dos últimos anos! Mas atenção que fazer obras desmesuradamente como alcatroar vias em localidades que ainda nem saneamento possuem, é fazer obra para depois se partir e voltar a fazer novamente gastando assim recursos ao município e por consequência aos seus munícipes. Outro assunto que tem a ver com obras, é a conclusão do Centro de Recolha Animal, projeto vencedor do Orçamento Participativo de 2017, que ficou bem acima dos setenta mil euros previstos, para quando a sua previsão de conclusão? Fico incrédulo quando em assembleia anterior expus o caso de que não se deveriam aceitar Orçamentos Participativos que ultrapassassem este valor ou viessem a ultrapassar, mas, pelos vistos, tudo continua na mesma e estamos já na iminência de outro (Aqualousã) vir a ultrapassar e em muito esse valor! Só em aluguer de insufláveis já lá se gastaram alguns milhares... e quanto a este ponto fico muito triste em darem

Handwritten signature and initials in blue ink.

privilégio a certas localidades em detrimento de outras. Na Lousã, existem outras praias fluviais. Por fim, e sendo para alguns membros desta Assembleia Municipal a sua última sessão, não vou estar a enuncia-los, mas quero aproveitar para os congratular e agradecer pelo esforço e dedicação que empreenderam neste projeto das suas vidas. Espero que possam continuar a contribuir para com a sociedade Lousanense. Bem Hajam."-----

Margarida Correia usou da palavra dizendo que compreende que o momento e a audiência torne apelativo algum tipo de intervenções, mas seja esta a última ou a primeira sessão da assembleia do mandato não se devem esquecer do compromisso que assumiram não só com este Órgão e com as suas funções, mas, também, com os Lousanenses que confiaram a oportunidade de trazer aqui as suas reivindicações e anseios de uma forma séria e é nesse contexto que admira algum tipo de intervenções, como por exemplo a abordagem à descentralização de competências. Aproveitou para sugerir a possibilidade, à semelhança do que foi feito com a APIN, de uma sessão de esclarecimento sobre esta matéria. Evidenciou que na informação escrita consta a presença da componente florestas do PRR e a assinatura dos contratos programa. Realçou o posicionamento do município enquanto sujeito com legitimidade para apresentar candidaturas e projetos a este instrumento que permitirá agir e combater o impacto negativo da pandemia, a nível social e económico ao mesmo tempo que permitirá implementar projetos estruturantes para o desenvolvimento sustentado da região. -----

António José Gonçalves interveio insurgindo-se pela forma como é distribuída a intervenção dos inscritos para usarem da palavra e, sobretudo pelo facto de fechar o período de intervenções sempre com um membro do PS, para defesa do **Senhor Presidente da Câmara**, evitando que este responda às questões que lhe são dirigidas. Dirigiu-se ao **Senhor Presidente da Câmara** afirmou, citando: "*que eu saiba o Senhor não está mandatado pelo PSD para julgar as minhas intervenções. Finalmente, dizer, projetos não são obras executadas*".



Concluiu a perguntar a justificação para a inscrição de doze mil euros na Base.Gov á Publiseg.-----

Renato Ferreira tomou a palavra para abordar e enaltecer a apresentação da ciclovia do Ceira, designada por "Ceira onbike" projeto de extrema importância pela valorização que vai trazer ao território, com um percurso ciclável com uma extensão de 139 km, 17 dos quais no Concelho da Lousã e que atravessa seis municípios. Destacou como principais características a utilização de caminhos pré existentes, promover uma proximidade ao rio ao longo de todo o traçado, garantir a ligação própria do património cultural e natural existente, aumentar a segurança dos utilizadores, promover a mobilidade sustentável entre concelhos e compatibilizar, acima de tudo, infraestruturas existentes e futuras como o Sistema de Mobilidade do Mondego. Sem dúvida um projeto de extrema importância para o nosso concelho. Realçou ainda algumas obras pela importância que tem no concelho nomeadamente, a empreitada para a requalificação da Ribeira de S. João que já se encontra em curso, uma obra que irá contemplar a intervenção na zona da Senhora da Piedade; no Penedo com a reconstrução e estabilização de muros e margens e na zona de Cacilhas onde já estão a ser realizados trabalhos nas margens e construção da ponte. Estas intervenções pretendem dar resposta às necessidades já identificadas no Plano de Gestão de Riscos de Inundações e têm uma visão integrada que inclui a recuperação da qualidade das massas de água, a proteção dos ecossistemas, a promoção da biodiversidade e a promoção da defesa contra as cheias, pessoas e bens. Outra intervenção a destacar tem a ver com os trabalhos de limpeza da manutenção e melhoria das condições de segurança dos trilhos. Saliou a Serra que tem sido procurada cada vez mais pelos turistas e destacou o equipamento infantil no Parque Carlos Reis, mais moderno, com maior qualidade, conforto e segurança. Deixou ainda uma questão ao **Senhor Presidente** relativa ao ponto de situação do estudo geotécnico que foi efetuado na zona dos Passadiços da Senhora da Piedade.-----



Luís Martins interveio começando por cumprimentar a Mesa da Assembleia, o Executivo, colegas membros da Assembleia Municipal, público presente e aquele que seguia a transmissão através das redes sociais, trabalhadores da autarquia, técnicos da empresa multimédia e Comunicação Social. Seguidamente destacou o contrato de empreitada relativa à Execução da Condução de Adução ao Sistema de Abastecimento de Água em Serpins, no âmbito da APIN. Disse que se trata de uma obra de expansão da rede de abastecimento de água da Lousã até Serpins, com a construção de uma extensão da rede, através da conduta adutora. Isto vai permitir à freguesia de Serpins deixar de estar dependente das dificuldades conhecidas, decorrentes do abastecimento através do Rio Ceira e este projeto tem um valor global na ordem dos quatrocentos mil euros. Em seguida, reforçou o que já tem vindo a dizer ao longo de oito anos, mas no seu entendimento, é oportuno fazê-lo. A informação financeira do município é exatamente a mesma ao longo destes últimos anos. A situação orçamental cumpre com as regras do equilíbrio orçamental e, também, existe compromissos que estão a ser assumidos. A margem disponível é sempre superior a dezassete milhões de euros naquilo que respeita ao limite da dívida total. Quer isto dizer que se pode ambicionar *"todos os projetos e mais alguns, mas se não tivermos respeito pelo equilíbrio nunca podemos chegar aquilo que ambicionamos."*-----

Ana Paula Sançana tomou a palavra começando por dizer que estava com alguma dificuldade em fazer a avaliação depois da intervenção do membro líder da bancada do PS, sentindo-se confusa sobre o que era o entendimento do que é realmente importante ou não. Citando: *"se para o líder de bancada do PS, fazemos uma avaliação daquilo que foi a postura do Município da Lousã durante quatro anos, avaliação essa que foi sendo feita ao longo de todas as sessões, não trouxemos aqui nenhum tema novo, não trouxemos aqui nada de novo, para o Partido Socialista, nós falarmos daquilo que achamos que não está correto é fazer campanha política então eu pergunto se para o PSD, também não será fazer campanha política as pessoas virem aqui, e bem, estão no seu direito, elogiar as obras que nós também elogiamos quando*

[Handwritten signatures]

temos que elogiar. Portanto há que haver aqui alguma parcialidade e se a nossa intervenção é assim tão superficial e se não eram causas assim tão importantes, então não sei porque é que o senhor deputado Pedro Melo centrou toda a sua intervenção naquilo que foi a intervenção de alguns membros da bancada do Partido Social Democrata. E, ainda dizer que causas importantes sim, é a economia social, é o terceiro setor, são os bombeiros, são as associações desportivas, culturais, são todas as pessoas que se envolvem na sociedade, são todas as pessoas, são causas importantes. Mas nós não podemos estar aqui todos dias e, sistematicamente, estar a agradecer a todos porque todas as pessoas sabem que nós estamos agradecidos que a sociedade é assim. Nós devemos agradecer por um coletivo. Portanto, nós hoje estamos aqui a desempenhar o nosso papel enquanto oposição, enquanto oposição consciente e é isso que vamos continuar a fazer seja nesta Assembleia, seja na Vereação, seja nas Juntas, seja lá fora, porque se isto é campanha então nós andamos 4 anos, no meu caso, ando há 12 anos em campanha, porque o importante nestas sessões é nós trazermos aquilo que nos preocupa, se as nossas preocupações são diferentes das vossas, é super legítimo, nós compreendemos perfeitamente, agora há que respeitar que é isso que nós temos sempre feito. Agora centrando na questão concreta, eu queria perguntar ao **Senhor Presidente da Câmara** relativamente a uma candidatura que foi submetida ao POSEUR 1522102 que diz respeito à deteção e combate á espécie exótica invasora vespa velutina. Esta exótica qualquer dia já não é exótica, porque nós, infelizmente, temos o território praticamente nacional, já a ser assolado por esta invasora desde 2004 que existe na Europa e a maior dificuldade que tem existido e a maior dificuldade que assiste a todos os operacionais e todas as pessoas que trabalham na área e todas as pessoas que querem que a ciência dê um passo neste sentido é, efetivamente, nós conseguirmos perceber e detetar atempadamente os ninhos e daí, eu fico satisfeita porque está englobado não só o combate à espécie, mas sim, a deteção que o ponto-chave e central é aquilo que tem sido mais difícil de conseguir porque a maior parte dos ninhos só se consegue

Handwritten signature in blue ink, possibly reading 'Luís Martins'.

detetar depois da queda da folha quando já causaram estragos enormes e, também, dizer que é um inseto, isto é, importante em termos de Proteção Civil que tem ao longo do tempo adotado comportamentos muito divergentes e diferentes daquilo que elas têm no seu habitat de origem que é na Ásia. Elas cada vez mais fazem ninhos em sítios mais baixo, ou seja, colocando muito mais riscos para as populações, para os tratoristas, para as pessoas que andam a manobrar na floresta o que já não é espectacular que nós temos que olhar para cima e temos que ter muito cuidado com o chão que pisamos porque, é muito difícil de detetar estes ninhos e, também, porque elas cada vez mais têm um comportamento mais defensivo e até algumas vezes agressivo junto das populações e isto preocupa-me muito. Os animais adaptam-se, e esta espécie tem um poder de adaptação incrível e existem muitas evidências desta adaptação. Mas eu queria perguntar, em que é que consiste esta deteção, se tem a ver com investigação ou se tem a ver com algum sistema de espécies implementado." -----

Joel Fernandes interveio dizendo que contrapondo com a sua última intervenção, é óbvio que o debate é bom e denota evolução. Citando: "A prova é que não há muito tempo, nesta assembleia, pós aprovação da APIN começou a haver uma tendência quase de que era obrigatório sair da APIN e, neste momento, já debatemos como é que as reclamações são tratadas, se devemos ter novas instalações, que a APIN tem que resolver os problemas, é bom, estamos a evoluir. Uma das coisas em que houve evolução já foi referida pelo meu colega Luís Martins, a questão da conduta adutora até Serpins, portanto nessa parte não vou falar mais. Outra questão que eu acho importante, também, dos nossos debates é que nós temos opiniões, temos perspectivas e eu gosto de dados objetivos." Fazendo alusão aos últimos censos deu nota que, infelizmente o país perdeu população, o distrito perdeu 5% da sua população, e a Lousã teve uma perda na ordem dos 3%, o que não sendo bom, porque o desejo seria ganhar população, comparativamente a outros concelhos, tendo em conta que todos perderam população, a Lousã continua a ser atrativa. -----



João Pedro Melo tomou a palavra e declarou, citando: "começo por uma questão que queria colocar ao Senhor Presidente relativa à APIN que se fosse possível nos falasse sobre as obras que estão a decorrer no nosso concelho nomeadamente, em Serpins e, depois queria, também, aqui dizer uma questão. Desde logo responder ao meu amigo António José que estou aqui respeitando no uso da minha total e inteira liberdade, respeitando o mandato que me foi conferido pelos Lousanense portanto, cumprindo as regras e estando sujeito ao Senhor Presidente mandar calar se assim o entender porque, não aceito lições seja de quem for sobre aquilo que eu aqui digo, tenho pena que, aliás, hoje na última assembleia descubro que incomodo tanto o PSD mas, eu digo aquilo que entendo tendo em conta aquilo que interessa, que acho que interessa aos cidadãos da Lousã e, nesse caso, tenho que voltar a referir que as intervenções do PSD são superficiais. Falou que muitas coisas políticas concretas para o futuro não foram ditas e há 4 anos eu disse uma coisa que vou repetir, a grande diferença entre o PS e o PSD é que o PS quando faz um mandato é de 4 anos, o PSD, infelizmente, tem feito um mandato de 3 mais 1, essa é a grande diferença. Queria, também dizer à professora Conceição Loureiro, que eu percebo aquilo que disse quando falou que os municípios estarão a acrescentar problemas, será verdade. Mas, eu considero que o Poder Local é um dos pilares da Democracia e da Constituição Portuguesa, portanto não temos medo de aceitar os problemas. Estamos cá para os resolver e é nisso que os Lousanenses confiam, em nós, e por isso, nos têm dado as maiorias esmagadoras que temos tido." -----

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu que os imóveis que estão em hasta pública são vários e estão todos devidamente publicitados na página da autarquia. Trata-se da alienação de cinco imóveis urbanos, todos terrenos sem qualquer construção; relativamente à APIN informou que tem verificado que existe esclarecimento, ajustamentos e uma evolução positiva, não querendo dizer que as respostas são todas do agrado dos consumidores e que não seja necessário manter uma melhoria contínua; as instalações são adaptadas, independentes e autónomas relativamente ao espaço físico que



a APIN utiliza no seu Centro Operacional e no Polo da Lousã; os ecopontos não são da APIN, a recolha seletiva continua na responsabilidade dos municípios em conjugação com a ERSUC, empresa criada há vários anos para este fim em específico, e durante este mandato a Câmara Municipal fez um investimento significativo com apoios a fundos comunitários para equipamentos com vista ao aumento da quantidade e qualidade da reciclagem multimaterial. Foram disponibilizadas novas baterias de ecopontos, de forma a tornar a cobertura deste serviço mais satisfatória e foi adquirida uma nova viatura de recolha de resíduos, adaptada aos novos ecopontos subterrâneos. Serão sempre insuficientes para as necessidades existentes, mas o esforço tem sido grande; relativamente ao plano de investimentos previsto para o Concelho da Lousã, um dos principais já está em obra e diz respeito à conduta adutora de abastecimento de água à freguesia de Serpins, designada: conduta adutora - reservatório do aeródromo, que vai permitir melhorar qualitativa e quantitativamente o abastecimento de água a Serpins; está em fase de contratação pública o sistema de abastecimento de água a Quatro-Águas, Vale de S. Miguel, também na freguesia de Serpins; existe um conjunto de outros em desenvolvimento que tem a ver com questões de infraestruturização, tratamento e fornecimento de água nas aldeias do xisto, em Vale Pereira da Serra e Vale Nogueira; existe outro conjunto de zonas nomeadamente, Gândara, Ruas dos Padres, ligação à ETAR da Lousã com o lugar da Póvoa da Lousã; Rua Padre Manuel Peixoto e Rua Padre Joaquim José dos Santos; investimento previsto em termos de águas residuais e abastecimento de água em Ceira dos Vales, Vales e Corte Velha; drenagem de águas residuais e pluviais no lugar das Fontainhas, junto à ETAR; disse que há um conjunto de intervenções que estão todas englobadas numa empreitada de regularização de um estrangulamento em que é preciso reforçar a drenagem de águas residuais na Praça Sá Carneiro, na Lousã. Praticamente estão todos em contratação pública. A renovação da rede de água, na eficiência hídrica, combate às perdas e instalação da rede de saneamento, na Ponte Velha, está mais adiantada, perspetivando que a obra

Handwritten signature in blue ink, possibly reading "Macedo".

possa ter início em breve, a fim de, posteriormente, fazer a requalificação da via. Haverá ainda um conjunto de outras empreitadas a elencar. É isto o que estava previsto, em termos de investimento, no plano do POSEUR de fundos comunitários. Relativamente à programação cultural em Rede, esclareceu que cada um dos municípios é responsável em determinada área da candidatura. Sobre a descentralização de competências, informou que a Câmara Municipal e Assembleia Municipal têm vindo a pronunciar-se ao longo do tempo e têm recusado a aceitação. No entanto, a lei, a partir do próximo ano consome a transferência, mesmo sem aceitação por parte dos municípios. Saúde e Educação são as áreas onde, manifestamente, os apoios são insuficientes e originarão um acréscimo de esforço e investimento por parte da Câmara Municipal em cada uma destas áreas. Sobre o Metro Bus, disse que deve ser motivo de confiança em relação ao projeto, uma vez que as obras estão em andamento e o concurso dos autocarros está a decorrer, bem como outras situações importantes para o desenvolvimento do sistema. Frisou que se o sistema não fosse válido e credível, não estaria em estudo a ampliação desse sistema a outros concelhos da região. Para a Rua 1º de Dezembro e Rua Industrial Manuel Carvalho, informou que já existe uma empreitada consignada para intervenção. A obra irá ser executada em conjugação com a obra do canal do Metro Bus porque, há trabalhos de estrutura de suporte da plataforma, desta intervenção conjugada com os trabalhos no canal do Metro Bus e nestas artérias englobam a melhoria da plataforma rodoviária mas, essencialmente, a preocupação é a criação de circulação pedonal e ciclável. A obra inclui também a melhoria da circulação pedonal e ciclável nas traseiras do Hospital de São João, na Rua Doutor Pires de Carvalho e depois com a ligação à Estação da Lousã. Esta, é uma obra que já está contratada com uma empresa de obras públicas e existe uma outra obra, também, já contratada com uma empresa de obras publicas que tem a ver com a melhoria da circulação pedonal entre o Quartel dos Bombeiros, a Escola EB 1 2 e, depois, a ligação à Escola Secundária e á zona desportiva com envolvência da zona desportiva da piscina e pavilhões onde

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

já está, também, como objetivo importante e que tem vindo a ser apresentado pela comunidade em geral e pela comunidade educativa uma alteração da entrada da escola EB 1 2, tornando uma maior fluidez e segurança na circulação e no largar e recolher crianças e jovens que frequentam aquela escola. São duas obras no âmbito de uma candidatura que ascende a 1,5 milhões de euros no total e que tem, ainda, uma outra empreitada que irá ser lançada por estes dias que engloba uma intervenção importante na reconfiguração da Avenida Doutor José Cardoso entre o cineteatro e o fundo da Avenida Dr. José Cardoso e a Clínica e Farmácia com a melhoria da circulação pedonal e ciclável, também, com o objetivo de melhoria das áreas de socialização e que depois tem uma intervenção, igualmente, importante entre este ponto da Rua Doutor José Pinto Aguiar até à Escola nº 1, também, com circulação pedonal e ciclável naquela zona. Disse que há sentido e estratégia em termos daquilo que é a perspetiva Urbana e a acessibilidade. Relativamente às anomalias na Av.ª S. Silvestre reiterou que estão registadas e que irão ser corrigidas todas as situações identificadas. No que diz respeito aos bancos na praça Cândido dos Reis informou que já está definida a situação e portanto será executada uma solução mais adaptada às circunstâncias. Relativamente aos Censos disse que, efetivamente, não está tudo bem, mas há a perspetiva de fazer ainda melhor. Sobre a Escola Secundária da Lousã disse que é o resultado de uma luta bastante grande onde a Câmara Municipal se empenhou fortemente. Informou, ainda, que está em execução um investimento, igualmente, relevante que é a intervenção no Jardim-de-Infância do Freixo que vai melhorar as condições daquele espaço educativo do concelho. Relativamente ao investimento na vila e no restante concelho, agradeceu a questão ter sido colocada, porque assim permite fazer alguns esclarecimentos. Todo o Investimento que se faça será sempre curto, mesmo no centro da Vila. Na zona mais central existiram outras necessidades, às quais não foi possível atender a todas ao mesmo tempo. Se perguntasse a cada um dos Senhores Presidentes de Junta, é claro que verificava várias necessidades e que estes

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

ambicionam poder responder mais e melhor às expectativas dos seus fregueses. Reiterou, como já teve oportunidade de o dizer anteriormente e várias vezes, quanto às obras da Regeneração Urbana, que o investimento financiamento proveniente de fundos comunitários só eram possíveis de aplicar nas áreas de Reabilitação urbana do Centro da vila da Lousã. Não poderia ser investido em Serpins, nas Gândaras, em Foz de Arouce e Casal de Ermio, ou em Vilarinho. Eram estas as regras e os critérios de financiamento e, portanto, a aplicação aqui, neste centro da vila, teve a ver com esta imposição legal, por outro lado, chamou a atenção para o facto de que em termos estruturais já há muitos anos que não havia qualquer intervenção na vila. No entanto, alertou que não é apenas no centro da vila que há intervenções porque em Serpins, Casal de Ermio e Foz de Arouce está a ser executada uma empreitada de um milhão e meio de euros em infraestruturização básica que vai permitir rentabilizar investimentos já feitos pela autarquia, nomeadamente nas redes de saneamento, investimentos na área do abastecimento de água, através da APIN, outros investimentos que, infelizmente, alguns não tiveram a ver com acrescentar mas tiveram a ver com o repor, decorrente dos incêndios e das tempestades que ocorreram; referiu o apoio que foi dado na alteração da cobertura do Pavilhão em Serpins; o apoio que foi dado em conjugação com a Junta de Freguesia, na beneficiação do Salão de Santa Luzia; no apoio para a manutenção e melhoria do complexo desportivo das Gândaras; o apoio que é dado continuamente para o funcionamento e investimento de equipamentos dos bombeiros de Serpins; o investimento que foi feito no Museu do Circo, em Foz de Arouce; o apoio que é dado à Associação das Gândaras para além do apoio social, na área cultural; as obras de requalificação da rede viária e que abrange todas as freguesias, entre outras. Relativamente ao + Coeso, disse que a Câmara Municipal continua a lutar e a fazer diligências e concorda que o processo foi penalizador para o território e para os que se candidataram. Há vários exemplos de Tomadas de Posição com vários municípios, associações e grupos de ação local, com várias iniciativas que desenvolveram em defesa

Handwritten signature in blue ink.

das empresas que se candidataram e que foram reconhecidas, 30 delas, como possíveis de serem financiadas, mas cujas candidaturas não foram aprovadas. Apenas 20 candidaturas obtiveram financiamento, as restantes não o tiveram. Em suma, sem dotação financeira dois milhões e meio de euros para abranger a totalidade das trinta candidaturas que estão em falta. Relativamente ao posicionamento da Câmara Municipal ao PRR – Plano de Recuperação e Resiliência, informou que já está a ser trabalhado, Foi assinado um acordo relativamente a uma área importante que tem a ver com a capacitação de jovens e adultos no âmbito de um projeto na área florestal e proteção civil com outros âmbitos de formação a este nível. Salientou que, apesar do revés do + Coeso que todos lamentam, o Concelho da Lousã está em quarto lugar no âmbito da CIM-RC, na captação de fundos comunitários para o concelho, para a Câmara Municipal, IPSS's, associações e empresas que desenvolvem o seu trabalho e conseguem posicionar os seus projetos e verem-nos considerados com mérito. No âmbito do Portugal 2020, até ao passado mês de julho, no Concelho da Lousã, que está em 4º lugar, o valor aprovado é superior a sessenta e seis milhões de euros. No âmbito do investimento municipal, na componente FEDER do Portugal Centro 2020, o valor é superior a 12,5 milhões de euros. Sobre o cineteatro, informou que deu entrada formal um pedido de reprogramação temporal e financeira por parte da empresa Socertima que está a executar a obra que está a ser analisado pelos serviços da Divisão de Obras Municipais da Câmara Municipal. Relativamente aos níveis de execução informou que não é prática fazer essa afetação aos anos eleitorais. Acrescentou que apesar de não ter corrido tão bem como o desejado, as obras de Regeneração Urbana foram lançadas atempadamente e recordou que, no ano de 2020, o município recebeu um prémio de boa execução na ordem dos quatrocentos mil euros, que teve como critério de atribuição exatamente a boa execução física e financeira. Sobre o Orçamento Participativo, deu nota de que é um bom instrumento mas, fruto da análise feita e das recomendações e sugestões recolhidas, foi decidido fazer uma pausa e será reapresentado com outras características



que permitam uma descentralização territorial. O projeto do Centro de Recolha Animal teve um acréscimo bastante substantivo porque foi entendido fazer uma intervenção mais completa para que correspondesse melhor às situações. O atraso na concretização desta obra, contrariamente ao desejável foi um facto, tratou-se de um investimento no valor estimado de duzentos mil euros, e reúne um conjunto de serviços e características de infraestruturas muito superiores ao projeto do OP – Orçamento Participativo. Sobre o Orçamento Participativo, designado Aqualousã informou que teve uma execução mais rápida, de natureza diferente e os valores estão dentro do que estava previsto inicialmente. O valor inscrito na Base.Gov diz respeito a vários procedimentos e serviços feitos pela empresa no âmbito da nova imagem do concelho e outros de outra natureza. A pretexto da referência ao Parque Infantil Carlos Reis, informou da pretensão de se terem concretizado outras ações de zonas de lazer infantis e juvenis, nomeadamente, na Quinta de São Pedro, e na Quinta das Courelas. O procedimento foi lançado várias vezes mas, a subida dos preços de determinados componentes, não permitiram a sua concretização. Foi feito recentemente o último ajuste em alta, pelo que se aguarda que, finalmente, possa ser possível que existam empresas que se candidatem à execução desses trabalhos e permitam concretizar estas zonas de socialização infantil e juvenil. No que concerne ao deslizamento de terras na estrada entre o Cabo do Soito e o Castelo, que influencia uma parte da utilização, informou que está a ser alvo de análise técnica pelos serviços da Câmara Municipal e uma entidade externa, à semelhança da situação já mencionada do deslizamento de terras de Vale Maceira, mas cuja decisão final ainda não está definida. A candidatura ao POSEUR para intervenção ao combate á vespa velutina, é de âmbito intermunicipal. -----

PONTO DOIS DA ORDEM DE TRABALHOS: -----

2 - Apreciação e votação da errata referente ao Relatório de Gestão - Prestação de Contas do ano de 2020 – (doc. nº 2 (dois); -----

Inscrições: Não houve. -----



Colocada à votação a errata referente ao Relatório de Gestão - Prestação de Contas do ano de 2020, foi aprovada por unanimidade com os votos favoráveis do PS, PSD, BE e CDU, quando estavam presente na sala vinte e cinco elementos.

PONTO TRÊS DA ORDEM DE TRABALHOS:

3 - Apreciação e votação da 2ª Revisão ao Orçamento e da 2ª Revisão às Grandes Opções do Plano – 2021 – (doc. nº 3 (três));

Inscrições: Não houve.

Colocada à votação a 2ª Revisão ao Orçamento e da 2ª Revisão às Grandes Opções do Plano – 2021, foi aprovada por maioria com 17 votos a favor do PS e 7 (sete) abstenções do PSD, BE e CDU, quando estavam presente na sala vinte e quatro elementos.

PONTO QUATRO DA ORDEM DE TRABALHOS:

4 - Informação do Revisor Oficial de Contas (ROC), sobre o Relatório referente ao primeiro semestre – (doc. nº 4 (quatro)).

Inscrições: Sérgio Pedroso.

Sérgio Pedroso tomou a palavra para dizer, citando: "*segundo relatório do ROC, verifica-se que a execução da receita de capital se situou nos 17,62 % ou seja, aquém da expectativa orçamental inicial. Pode explicar-nos a que se deveu e porquê? Apraz-me ver que o serviço da dívida situa-se nos 5,07% da receita corrente o que demonstra controlo na dívida de médio e longo prazo do município e quanto ao total de dívidas a terceiros diz respeito, se verifica uma diminuição de 14%, cumprindo assim com grande margem o limite legal da dívida total.*"

O Senhor Presidente da Câmara tomou a palavra referindo a receita de capital que tem a ver com o desenvolvimento de alguns projetos, especialmente, a Requalificação da Escola Secundária da Lousã, que tem

Handwritten signature and initials in blue ink.

uma tramitação financeira mais lenta; a Requalificação do Jardim-de-Infância do Freixo que só agora é que está a ser executada; o PAMUS, nomeadamente, as duas empreitadas: - Rua 1º de Dezembro, Rua Industrial Manuel de Carvalho e Rua Dr. Pires de Carvalho e a outra entre o Quartel dos Bombeiros Municipais e a zona das escolas; o cineteatro da Lousã e o projeto Aqualousã. Esta realidade reporta-se a trinta de junho de 2021. -----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

O Senhor Presidente da Mesa tomou a palavra para recordar que a Senhora Chefe de Divisão Financeira da Câmara Municipal esclareceu na reunião da Conferência de Representantes o procedimento da assembleia para a apreciação e votação dos pontos nº 5 e nº 7 desta Ordem de Trabalhos. Esclareceu em relação ao ponto nº 5 que compete à Assembleia Municipal fixar a taxa de IMI para os prédios urbanos e majoração desta taxa e depois, no ponto nº 7, é competência da Assembleia Municipal pronunciar-se sobre o lançamento da Derrama e da taxa geral a aplicar. Reiterou que estas situações ficaram devidamente esclarecidas na reunião da Conferência de Representantes, que teve lugar no dia trinta e um de agosto do ano de dois mil e vinte e um. -----

PONTO CINCO DA ORDEM DE TRABALHOS: -----

5 - Apreciação e votação das taxas de IMI - Imposto Municipal sobre Imóveis, a cobrar em 2022 – (doc. nº 5 (cinco)). -----

Inscrições: Maria da Conceição Loureiro, António José Gonçalves, Luís Martins, Sérgio Pedroso e João Pedro Melo. -----

Maria da Conceição Loureiro interveio afirmando que este ponto não é consensual entre o Executivo Municipal e a CDU que entende ser uma taxa muito elevada. É uma taxa bastante isolada comparativamente a outros concelhos e dever-se-ia ter em conta os proprietários com baixos recursos. Por este motivo a CDU vai votar contra. -----



António José Gonçalves usou da palavra começando por afirmar que a bancada do PSD vai votar contra à manutenção das taxas de IMI, como tem vindo a fazer, e concluiu dizendo que "até o nosso Primeiro-ministro fala em baixar impostos."-----

Luís Martins interveio começando por dizer que, citando: "a política fiscal municipal prosseguida pelo Executivo ao longo dos últimos mandatos sempre foi coerente. Atenta às necessidades dos seus munícipes, indo de encontro ao investimento nas pessoas e nas infraestruturas do concelho, com especial ênfase nas Funções Sociais. Sempre com a consciência que é necessário cumprir com as regras do equilíbrio financeiro. De outra forma não será possível cumprir com os compromissos assumidos com as várias entidades que interagem com o município. Assumimos a nossa política com ênfase nas pessoas, de forma coerente e consciente. Não vamos alterar a nossa maneira de exercer em função das eleições que se aproximam. Dito isto, falando no IMI: a taxa que iremos aprovar é, exatamente, igual à dos anos e mandatos anteriores. A autarquia continua a aderir ao designado "IMI FAMILIAR", onde existe uma dedução fixa consoante o número de dependentes ao encargo. Ressalvar, também, que o artigo 11 do Código do IMI prevê uma isenção automática e permanente para os sujeitos passivos cujo agregado familiar detenha baixos rendimentos."-----

Sérgio Pedroso usou da palavra declarando o seguinte, citando: "Em relação à taxa de IMI aplicada pelo município à sua população continuamos a afirmar que a Autarquia deveria fazer um esforço para a aliviar. Sabemos que já se encontra um estudo a ser efetuado para essa possibilidade mas, ficamos tristes que passados mais de quatro meses ainda não haja um resultado final e, com isso, os Lousanenses continuem a ver o município a aplicar uma taxa que é das maiores, comparada com os restantes concelhos do distrito de Coimbra ou seja 0,40% só ultrapassada pela taxa máxima aplicada em Vila Nova de Poiares de 0,45%, igual à nossa, só a Figueira da Foz e na mínima 0,30% encontra-se mesmo a capital de distrito Coimbra. Somos favoráveis a uma ligeira diminuição da taxa mas, como responsáveis que somos, sabemos,

Handwritten signature in blue ink, possibly reading "Luís" or similar.

também, que o município se financia, e em muito, através deste imposto. Sabemos, também, que o município aplica o "IMI FAMILIAR" ou seja, a redução em 20 € a quem tenha 1 filho; 40 € a quem tenha 2 filhos; e 70 € a quem tenha 3 ou mais filhos, mas será que chega? Somos da opinião que não! Mas será que o custo benefício não seria vantajoso para o Município? Não seria uma mais-valia para que mais famílias se estabelecessem no nosso concelho e, com isso, trouxessem mais riqueza ao concelho? Por estes motivos sim, somos da opinião e iremos sempre defender uma baixa desta taxa. Se calhar e por ser uma proposta já há muito reivindicada pelo PSD é que o Executivo não está na disposição de a baixar? Por estas razões o Grupo Municipal do PSD irá votar contra o ponto 5."-----

João Pedro Melo usou da palavra para afirmar que a bancada do PS considera que a receita decorrente da liquidação do IMI defende as regras do equilíbrio orçamental do município, tendo em linha de conta a atuação do Executivo que mantém a preocupação central nas pessoas desfavorecidas e frágeis, nomeadamente em consequência da pandemia. Realçou a importância em aproveitar as verbas comunitárias, como por exemplo o PRR, como oportunidade para executar obras e medidas importantes para o desenvolvimento do concelho, tendo o município de assegurar a sua parte de cofinanciamento.-----

O Senhor Presidente da Câmara deu nota que as questões expostas são todas pertinentes e entendíveis todos os pontos de vista. Disse que faz muito bem o nosso Primeiro-ministro em falar em diminuição de impostos, nomeadamente até através de um novo escalão de IRS. Disse que faz muito bem o Estado que é quem tem a responsabilidade de agravamento ou desagravamento fiscal, procurar, na medida do possível, fazer esse alívio. Em termos da Lei das Finanças Locais foram criadas as taxas de IMI e IRS para a obtenção de receitas por parte dos municípios. No seu entendimento, a Lei das Finanças Locais devia ser revista e atualizada, porque existe um desajustamento grande nas transferências diretas do Estado. Afirmou que o Município da Lousã não tem taxa máxima de IMI. Em 2013 reduziu significativamente a sua

Handwritten signature in blue ink.

participação de 5% para 4%, da receita municipal sobre imóveis, significando que, em cada ano, a Câmara Municipal abdicou de quinhentos mil euros. Disse que o Executivo entende que uma eventual alteração às taxas de IMI, IRS e Derrama, deve ser feita de forma ponderada e, por sugestão do PSD, foi encomendado um estudo para verificar essa possibilidade. Realçou, no entanto, da necessidade de ser assegurado o equilíbrio financeiro da autarquia, bem como outras funções e projetos. Salientou outro fator muito importante a reter que é a descentralização de competências que implicará um esforço financeiro acrescido. Assim e atendendo a estas razões é entendido pelo Executivo, como mais sustentável, a manutenção das taxas de IMI, IRS e Derrama. Frisou, ainda, que o valor de IMI a tributar a cada município é calculado pela Autoridade Tributária, a Câmara Municipal só fixa a percentagem da sua participação. -----

Colocada à votação a fixação das taxas de IMI - Imposto Municipal sobre Imóveis, a cobrar em 2022, foram aprovadas por maioria com 16 (dezassexes) votos a favor do PS e 7 (sete) votos contra do PSD, BE e CDU, quando estavam presentes na sala vinte e três elementos. -----

PONTO SEIS DA ORDEM DE TRABALHOS:-----

6 - Apreciação e votação da participação variável no IRS a aplicar aos rendimentos do ano de 2022 - (doc. nº 6 (seis)). -----

Inscrições: Sérgio Pedroso, Luís Martins, António José Gonçalves e João Pedro Melo. -----

Sérgio Pedroso disse, citando: *“Neste ponto importa aos munícipes saberem que se está a falar de uma participação variável no IRS entre 0,00% e 5,00% por parte do município, ou seja, estamos a apreciar e a votar se o município quer ficar com parte de valor de uma possível dedução no IRS por parte do sujeito passivo ou não. Caso o município aplique a taxa de 4% que é o caso, então o sujeito passivo tem 1% de dedução no IRS. Sendo que o IRS é um imposto progressivo e que muitos, infelizmente, nem sequer ganham para*

Handwritten signatures and initials in blue and black ink.

pagar ou serem reembolsados, achamos este um assunto não tão importante quanto o do IMI ou mesmo da Derrama, mas entendemos que o município poderá aliviar um pouco as carteiras de alguns Lousanenses se optar por baixar esta participação, e somos sempre a favor disso e portanto iremos votar contra o ponto 6." -----

Luís Martins interveio para dizer, citando: " a proposta de participação variável de IRS será de 4%, sendo assim, 1% desta participação considerada como dedução à coleta, será feita a favor do munícipe na sua declaração de IRS. Faltou apenas dizer que assumindo os valores dos anos anteriores esta deliberação representa uma perda de receita para o município em prol dos seus munícipes na ordem dos cento e vinte e cinco mil euros. -----

António José Gonçalves – prescindiu da palavra. -----

João Pedro Melo usou da palavra dizendo que para além das condições e do estudo encomendado, questões abordadas pelo **Senhor Presidente da Câmara** e daquilo que **Luís Martins** já mencionou, referiu, ainda, que a redução deste imposto beneficia, principalmente, ou apenas, os que menos necessitam pois recebem salários mais elevados, por isso, trata-se de formular um esforço solidário que ajude a uma redistribuição pelos mais carenciados. --

O Senhor Presidente da Câmara relativamente a este ponto e como complemento afirmou que no ano de 2016, com efeitos no ano de 2017, o município reduziu a sua participação variável de 5% para 4%, por isso, a eventual alteração desta taxa terá que ser vista em conjugação com o IMI. Neste momento, parece-lhe a posição mais adequada. -----

Colocada à votação a participação variável no IRS a aplicar aos rendimentos do ano de 2022, foi aprovada por maioria com 17 (dezassete votos a favor do PS e CDU e 6 (seis) votos contra do PSD e BE, quando estavam presentes na sala vinte e três elementos. -----

PONTO SETE DA ORDEM DE TRABALHOS: -----



7 - Apreciação e votação do lançamento de Derrama, a cobrar em 2022 - (doc. nº 7 (sete)).-----

Inscrições: Sérgio Pedroso, Luís Martins e António José Gonçalves.-----

Sérgio Pedroso interveio a dizer, citando: "Em relação à derrama entende o Grupo Municipal do PSD que sendo um imposto que afeta as empresas instaladas no município e estando neste momento a uma taxa de 1,30 % sendo que o limite máximo é de 1,50 % esta deveria aliviar pois é nosso objetivo a instalação, bem como a manutenção, de empresas no nosso concelho, pois só assim se conseguem fixar empresas e, simultaneamente, pessoas e, com isso, empregos. Temos que tentar ser mais atrativos no que toca a angariar empresas para o nosso concelho. Sabemos que o município já isenta cerca de 154 sujeitos passivos (aqueles que apresentam um volume de negócios inferior a 150.000 €, mas também sabemos que tributa à taxa de 1,30 % cerca de 198, o que perfaz um valor de 594.907,85 €, segundo dados do Portal das Finanças. Portanto sabemos que, neste momento, existem cerca de 352 empresas em sede de IRC instaladas no concelho! Perguntamos ao Senhor Presidente se nos pode informar quantas empresas existiam em 2017? Perguntamos porque nos parece que temos estado estagnados quanto a esta realidade e como deve saber, um município por muita vontade em evoluir que tenha, sem uma política fiscal atrativa e competitiva, não irá conseguir atrair as melhores empresas, as que melhor empregam e que poderão trazer prosperidade à Lousã. Sabemos que existe já um Regulamento de Concessão de Incentivos ao Investimento no Município, perguntamos Senhor Presidente quantas empresas já se instalaram e aproveitaram destes incentivos através deste Regulamento? Segundo o estudo feito que nos foi apresentado indicam seis cenários possíveis sendo que o da taxa máxima (1,5%) a aplicar, está fora de questão pois iria tributar todos os sujeitos passivos independentemente do VN e neste o valor estimado da receita ascenderia aos 712.298,91 €; Sabemos que neste momento, com os incentivos que estão a ser praticados a despesa fiscal é de 117.391,05 €, se a taxa de 1,30% baixar sabemos que a despesa fiscal irá aumentar na sua proporção mas, mais uma vez perguntamos e nisso

Handwritten signature and initials in blue ink.

o estudo que nos apresentam não nos diz, o que lamentamos, é o Custo/Benefício que uma baixa deste imposto irá trazer para o município. E uma vez mais repito o que já de uma forma foi dito aquando o ponto n.º 5 será que o custo/benefício não será vantajoso para o município? Não será uma mais-valia para que mais empresas, se estabeleçam no nosso concelho e com isso tragam mais riqueza ao concelho? Por estes motivos somos da opinião de baixar esta taxa de derrama. Por estas razões o Grupo Municipal do PSD, irá votar contra o ponto 7. Por fim e como será a minha última intervenção venho desejar a todos os candidatos às próximas eleições boa sorte, que se respeitem e se deem ao respeito pela Lousã e pelos Lousanenses."-----

Luís Martins usou da palavra, citando: "A derrama incide sobre o lucro tributável dos sujeitos passivos em sede de IRC, e o que vamos aqui aprovar hoje, vai de encontro à política fiscal municipal que é prosseguida ao longo destes mandatos pelo município. Para quem tem um volume de negócios inferior a cento e cinquenta mil euros, vamos reconhecer a isenção da derrama. Para as empresas que tenham um volume de negócios superiores a cento e cinquenta mil euros e, cumulativamente, tenham lucro tributável, a derrama a aplicar é de 1.30%, creio que não seja a derrama o imposto mais penalizador das empresas. É bastante importante para a receita do município. Notar, também, que as empresas que, por quaisquer razões não tenham lucro tributável, como é óbvio, a derrama não se aplica. Como já aqui foi dito, por não aplicar a taxa máxima de derrama, estima-se que a despesa fiscal do município esteja na ordem de EUR: 117.391 (cento e dezassete mil trezentos e noventa e um euros)."-----

António José Gonçalves – prescindiu da palavra.-----

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu que há um universo de empresas que, atendendo ao volume de negócios, não pagam esta taxa de derrama. Relativamente a outras e ao regulamento que está criado pelo município podem usufruir em função dos critérios fixados para beneficiar dessa redução parcial. No que diz respeito à captação de empresas o posicionamento terá que ser estudado no global e atendendo às componentes da receita. Frisou

*Alto
Travess
A*

que a taxa aplicada nunca foi inibidora da fixação de nenhuma empresa no concelho. Deu nota que não dispõe, no momento, do número de empresas existentes, mas adiantou que no ano de 2020 e até meados deste mês de 2021, o saldo é positivo.-----

Colocada à votação o lançamento de Derrama, a cobrar em 2022, foi aprovada por maioria com 18 (dezoito votos a favor do PS, BE e CDU e 5 (cinco) votos contra do PSD, quando estavam presentes na sala vinte e três elementos.-----

PONTO OITO DA ORDEM DE TRABALHOS:-----

8 - Apreciação e votação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem, a cobrar em 2022 - (doc. nº 8 (oito)).-----

Inscrições: Não houve.-----

Colocada à votação a Taxa Municipal de Direitos de Passagem, a cobrar em 2022, foi aprovada por unanimidade com os votos favoráveis do PS, PSD, BE e CDU, quando estavam presente na sala vinte e três elementos.-----

PONTO NOVE DA ORDEM DE TRABALHOS:-----

9 - Apreciação e votação do Regulamento de Saúde e Bem-Estar Animal do Município da Lousã - (doc. nº 9 (nove)).-----

Inscrições: Maria Conceição Loureiro e Ana Paula Sançana.-----

Maria Conceição Loureiro interveio começando por clarificar anterior intervenção onde se referiu às questões da "municipalização da Câmara" e onde foi dito que "estavam aqui para responder a todas as questões e dificuldades existentes". Segundo a perspetiva da CDU, não é bem assim e não foi exatamente aquilo que defendeu. Disse que as áreas da Saúde e Educação são muito sensíveis e, provavelmente, os recursos a transferir do Poder Central para os municípios não serão suficientes. No seu entendimento esta gestão devia de continuar sob a responsabilidade do Poder Central



porque "estamos a falar da saúde, não estamos a falar de qualquer coisa". Afirmou acreditar que este processo ainda vai sofrer alguns constrangimentos. Relativamente ao assunto deste ponto da ordem de trabalhos, afirmou que era uma necessidade urgente e absoluta. Deu nota de que o documento lhe parece bem elaborado e se for cumprido na íntegra, os animais vão beneficiar. Teceu algumas considerações e endereçou algumas questões relacionadas com as colónias que estão, igualmente, retratadas no regulamento, nomeadamente se a Câmara Municipal se compromete a responsabilizar-se pelos abrigos, pela alimentação, pela higienização ou se vai "repelir" para outra associação e se o corpo clínico não funcionar como será solucionado. -----

Ana Paula Sançana tomou a palavra e disse, citando: "nós sabemos que se muitas das vezes é difícil que os direitos humanos sejam cumpridos quanto mais os dos animais mas nós, humanos, temos voz, os animais não, por isso, cabe-nos a nós, desempenhar esse papel de respeito e proteção. Estas questões das Assembleias Municipais não servem só para nós virmos aqui expor os nossos pontos de vista, existe um trabalho de preparação e esses trabalhos de preparação são muito importantes, também, para nos formarem enquanto cidadãos, porque nós acabamos por ler muitas coisas acerca daquilo que se vai passando no mundo e eu fiquei satisfeita por perceber que Portugal, esta nossa Nobre Nação, a par da Áustria e da França, estão na linha da frente no que se refere à legislação do ponto de vista do bem-estar animal, após em 2017 terem aprovado o estatuto jurídico dos animais. Por isso, é fundamental regular em matéria de saúde e bem-estar animal, daí a importância vital da aprovação deste regulamento. A evolução da sociedade também se mede pela forma como as pessoas tratam e respeitam os animais. Este regulamento vai ser votado favoravelmente pelo PSD e, esperamos que neste momento o Centro de Recolha Animal seja uma realidade para breve. É positivo que surja o regulamento antes do Centro de Recolha Animal estar a funcionar. A terminar e porque é a minha última intervenção na Assembleia Municipal, passaram doze anos, desde a minha primeira intervenção. Foi no auditório da

*Alfonso
Vazquez
Q*

*Biblioteca Municipal, hoje, é muito simbólico estar aqui na Escola em que eu estudei. Queria dizer-vos que foi um prazer estar aqui estes doze anos, dez anos enquanto líder de bancada. Foi um prazer aprender com todos sem exceções. Foi uma honra servir um mandato, a minha votação que os Lousanenses depositaram em mim, enquanto cabeça de lista à Assembleia Municipal. Foi uma honra ser, também, líder de bancada em dois mandatos. O primeiro foi uma sucessão. Queria dizer-vos que continuem sempre a respeitar esta casa que é a democracia. Esta casa que vai continuar a ser a casa da democracia e que eu espero que continue a ser um Órgão vital com uma abertura cada vez maior à população. Eu sei que não estão aqui muitas pessoas, mas, seguramente, que muitas pessoas nos estão a seguir em casa e dizer que a pluralidade faz-nos avançar. Houve momentos tensos nesta assembleia, houve, nesta genericamente, nesta também, mas é isso que faz esta pluralidade e é isto que também constrói a democracia e é isto que, também, faz avançar porque não há Poder sem oposição e, também, não há oposição sem Poder. Queria deixar só mais uma nota relativamente à Mesa, na pessoa do **Senhor Presidente**, porque, de facto foi um mandato irrepreensível seguramente que não será fácil dirigir os trabalhos, mas vocês fizeram um papel e desempenharam na perfeição e queria deixar aqui uma nota, também, à secretária da Assembleia Municipal, Fátima Martins, que tantas vezes me socorreu, com dúvidas, esclarecimentos, muitas das vezes da última da hora, sempre com uma palavra agradável... e não queria deixar, também, de agradecer a todas as pessoas que ao longo dos doze anos em que eu participei nesta Assembleia Municipal que contribuíram para que eu me sentisse bem, que eu me sentisse de certa forma em casa, porque não sou Lousanense mas desde os quatro anos que sou...esta, também, é a minha terra e nós estamos todos a lutar pelo mesmo. Portanto, desejo as maiores felicidades e endereço os maiores sucessos pessoais e também a todos os candidatos autárquicos e aos que estão de saída, dar os parabéns a todos porque se estamos aqui, é porque acreditamos." -----*

Handwritten signature in blue ink.

O Senhor Presidente da Câmara informou que o regulamento é um instrumento importante e a Câmara Municipal tem vindo a trabalhar nesta área quer de forma direta, quer em colaboração com as associações, particularmente com a Louzanimales - Associação pelos Animais da Lousã. -----

Colocado à votação o Regulamento de Saúde e Bem-Estar Animal do Município da Lousã, foi aprovado por unanimidade com os votos favoráveis do PS, PSD, BE e CDU, quando estavam presente na sala vinte e três elementos. -----

O Senhor Presidente da Mesa colocou à aprovação da assembleia que todas as decisões sejam aprovadas em minuta, a fim de que as mesmas possam produzir efeitos imediatos, sendo aprovadas por unanimidade com os votos favoráveis do PS, PSD, CDU e BE quando estavam presentes na sala vinte e três elementos. -----

Aprovação da Ata em Minuta: -----

A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, nos termos previstos do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a ata em minuta, por ser a última deste mandato. -----

O Senhor Presidente da Mesa a concluir disse, citando: *"irei ter oportunidade de me dirigir aos Lousanenses, brevemente. Na reunião de Conferência de Representantes dirigi algumas palavras de despedida aos membros da Assembleia João Pedro Melo, Ana Paula Sançana, Aires Ventura e Conceição Loureiro que deduzo tenham sido transmitidas aos restantes membros da Assembleia Municipal. Por ser a última sessão deste mandato quero formular votos de saúde e sucessos e registar a forma como decorreram os trabalhos deste Órgão, durante os últimos quatro anos, divergindo algumas vezes, mas foi a democracia a funcionar, dir-se-á. Esta formulação é extensível à Comunicação Social, aos incedíveis colaboradores da Câmara Municipal,*

aos coadjuvantes ilustres Secretários da Mesa, às Senhoras e Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia, às Senhoras e Senhores Vereadores e ao Senhor Presidente de Câmara. Permitam-me, ainda, duas referências. A primeira, a uma pessoa que esteve sempre disponível para trabalhar e fez com uma dedicação e profissionalismo assinalável, eutímia e de uma educação irrepreensível. Falo, naturalmente, da Fátima Martins. A segunda pessoa, que entretanto vai deixar estas funções e dedicar-se mais a outras, ao que julgo saber, a quem expresso a minha gratidão e realço o seu carácter, a sua postura e conduta, a solidariedade, lealdade e amizade, refiro-me ao Sr. Mário Maduro. Muito obrigado a todos."-----

Nada mais havendo a tratar, **o Senhor Presidente da Mesa**, depois de terem assinado todas as folhas de presenças, declarou encerrada a reunião, eram vinte e uma horas e cinquenta e cinco minutos. -----

O Presidente da Mesa,

Carlos Alberto Seco Lopes

Carlos Seco

O 1.º Secretário,

Mário Alves Maduro

Mário Alves Maduro

A 2ª Secretária,

Maria Aldina Martins

Maria Aldina Martins